

### Como a Libéria se libertou do ébola

Desde há uns tempos mal se fala do ébola nas informações jornalísticas, e o que parecia uma grave emergência internacional diluiu-se. Desde que começou o surto, em dezembro de 2013, mais de 25 000 pessoas em nove países, foram infetadas com o vírus, das quais, mais de 10 500 morreram. Exceto 15 dessas mortes, todas ocorreram na Libéria, Serra Leoa e Guiné -Conacri.

Dos três países, a Libéria foi o mais afetado, com 9862 infeções e o maior número de mortes: 4408 pessoas. Mas a 9 de maio de 2015, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Libéria “país livre do ébola”, enquanto informava ainda sobre 36 novos casos na Guiné-Conacri e na Serra Leoa. Como é possível que a Libéria, com uma estrutura de saúde minada por duas recentes guerras civis, tenha conseguido recuperar tão rapidamente?

A [OMS](#) reconheceu que atuou tarde. Embora em abril de 2014 tenha advertido para um “surto sem precedentes”, só depois em 8 de agosto é que declarou emergência de saúde pública internacional devido ao ébola. Aí foram ativadas as ajudas internacionais, que acabaram por chegar com efeito dominó ao longo dos meses seguintes.

Os Estados Unidos foram o país que mais dinheiro doou para acabar com a epidemia. O Presidente Barack Obama concretizou a maior intervenção norte-americana da história numa crise de saúde mundial: um total de 1400 milhões de dólares.

Embora não tenham sido os únicos, os esforços norte-americanos centraram-se, sobretudo, no envio de 3000 soldados para construir 11 unidades específicas de tratamento do ébola (chamadas E.T.U. ou Ebola Treatment Unit), que demoraram dois meses a construir. A primeira abriu a 18 de novembro. Terminada a crise, soube-se que nessas unidades só foram atendidos um total de 28 doentes, todos em duas delas; nas outras nove não se atendeu ninguém. Estima-se que 90 % das ajudas norte-americanas chegaram quando já não faziam falta, visto que a epidemia já estava controlada ([“The New York Times”, 11.4.2005](#)).

Os mais críticos afirmam que o dinheiro poderia ter sido usado para reconstruir o destruído serviço nacional de saúde da

Libéria, em vez de se centrar nas E.T.U., que mal foram utilizadas. Outros acusaram os Estados Unidos de não terem parado a construção de E.T.U. quando começou o recuo da epidemia. No entanto, no momento em que Obama tomou a decisão, estimava-se que os casos na Libéria e Serra Leoa poderiam chegar a 1,4 milhões de pessoas, se não fossem tomadas medidas de imediato.

Por isso, Jeremy Konyndyk, que chefiava a campanha norte-americana, pensa que atuaram corretamente, porque tudo apontava para que o surto pudesse continuar: “O desafio neste tipo de resposta é que não se sabe onde vai começar o fogo, mas quando ele é declarado, vai ser necessário um corpo de bombeiros”. Esses centros ficarão lá caso sejam necessários para o futuro. Também lá estarão os 1500 trabalhadores do setor da saúde que foram formados para operar nas E.T.U. De facto, os especialistas pensam que outro surto do ébola é só uma questão de tempo.

As E.T.U. norte-americanas tornaram-se uma medida dispendiosa que fez muito menos para deter o surto que outras mais baratas e mais ágeis, tomadas pelos próprios liberianos. No início do verão, um grupo de 200 voluntários começou a comprar cloro, botas de borracha e megafones para informar a população e convencê-la de que não devia esconder os doentes. Algo que o governo da Libéria deveria ter feito quando começaram a detetar-se os primeiros casos.

No início de setembro, uma equipa governamental começou a percorrer as comunidades afetadas juntamente com um epidemiologista que havia ganho a confiança dos residentes, dando oficinas sobre como prevenir o contágio e proporcionando-lhes instrumentos nada sofisticados para acompanhar os doentes e deter a propagação do ébola: um caderno, uma caneta e um bilhete de identidade.

Graças à ajuda dos Estados Unidos e de outros doadores, estes voluntários começaram a receber uma formação mais formal e um pequeno salário (80 dólares por mês), para que não tivessem de regressar aos seus postos de trabalho habituais. Por último e contra todos os prognósticos, a epidemia foi controlada.

## Mais direitos, menos liberdades?

A tendência para proteger cada vez mais pretensões com as garantias reservadas aos direitos humanos está a levar a um processo inflacionário. O paradoxo é que a proteção que se procura com isto se veio a tornar menos eficaz à medida que são criados novos direitos.

“Se os direitos humanos fossem uma moeda, o seu valor estaria em queda livre, devido à inflação de tratados sobre direitos humanos e a outros instrumentos não vinculativos adotados pelas organizações internacionais durante as últimas décadas”. Assim resumiram na [“Foreign Affairs”](#) os juristas Jacob Mchangama e Guglielmo Verdirame as conclusões de um relatório publicado em 2013 pelo Freedom Rights Project, de que são cofundadores.

O relatório regista 64 tratados relativos a direitos humanos adotados sob os auspícios das Nações Unidas e do Conselho da Europa. “Isso significa”, escrevem Mchangama e Verdirame, “que os Estados membros de ambas as organizações que tenham ratificado todos esses tratados, terão de acatar 1377 disposições relativas aos direitos humanos (embora algumas possam ser sobre assuntos mais formais do que substantivos). A isto haveria que acrescentar centenas de disposições que estão fora dos tratados, como as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas ou as do Conselho de Direitos Humanos [que também pertence à ONU]”.

Que terá provocado esta proliferação de direitos humanos? Mchangama e Verdirame culpam, em primeiro lugar, os *“lobbies que promovem os interesses particulares de determinados grupos como se fossem direitos humanos”*. Mas não dizem mais sobre este assunto.

Uma autora que analisou profundamente o processo de fabrico de “novos direitos” na ONU e noutros organismos internacionais é Janne Haaland Matlary, catedrática de Política Internacional na Universidade de Oslo e ex-secretária de Estado norueguesa dos Negócios Estrangeiros. Matlary refere-se expressamente aos grupos *gay* e *pro-choice* ([“Aceprensa”, 10.2.2014](#)).

O primeiro objetivo destes *lobbies* é conseguir documentos internacionais não vinculativos – o chamado “Direito brando” ou *soft law* – que reformulem a sua causa em termos de direitos humanos. Uma vez conseguido, o texto é dado a conhecer em todo o lado e é apresentado como uma fonte de legitimidade incontestável. O passo seguinte é converter em “Direito duro” – que já impõe obrigações jurídicas exigíveis – o que nem sequer nos fóruns internacionais goza de um consenso normativo.

Em muitos destes casos não se trata de incorporar a estes grupos o desfrutar dos direitos de todos – já existem medidas para garantir que todos os cidadãos têm idêntica dignidade e são iguais perante a lei –, mas de criar direitos específicos do

grupo. Assim ocorre quando se obriga as administrações públicas a promover a discutível visão da sexualidade que esses grupos defendem ([“Aceprensa”, 1.7.2014](#)).

O problema que Matlary refere, liga-se ao debate sobre as novas gerações de direitos humanos ([“Aceprensa”, 24.12.1997](#)), de que também falam Mchangama e Verdirame.

Estes dois autores denunciam que os Estados menos democráticos se lançaram na proposta de uma terceira geração de direitos – que inclui, entre muitos outros, o direito ao desenvolvimento, à paz, à solidariedade internacional... –, para relativizar o incumprimento dos direitos civis e políticos (primeira geração), e dos económicos, sociais e culturais (segunda). Assim, pretende-se colocar ao mesmo nível “os cortes na ajuda ao desenvolvimento com a tortura na Coreia do Norte”.

Esta é, na opinião de Mchangama e Verdirame, uma das consequências mais graves da proliferação de direitos humanos. “Um conceito amplo e difuso dos direitos humanos permite aos Estados menos democráticos desviar o foco de atenção do núcleo duro de liberdades para certos direitos nebulosos e mal delimitados que não impõem obrigações concretas aos Estados”. “Quando tudo pode ser definido como um direito humano, o preço de os vulnerabilizar é cada vez mais baixo”.

Mas a inflação de direitos “não serviu para que progrida no mundo esse núcleo duro de liberdades que distingue os Estados democráticos dos que não o são”. Segundo o índice de liberdade mundial realizado pela ONG Freedom House, o respeito pelos direitos civis e políticos no mundo caiu nos sete anos anteriores à publicação do relatório do Freedom Rights Project.

## O Estado avança com o dinheiro, e as famílias decidem como gastá-lo

O Nevada converteu-se no quinto estado norte-americano que aprovou as contas de poupança para educação (*“education savings accounts”* ou ESA, nas suas siglas em inglês), uma nova fórmula que tem vindo a ser utilizada nos Estados Unidos para ampliar as possibilidades de escolher uma escola.

As ESA são menos controversas do que o cheque escolar, ao ponto de estarem a ser adotadas por estados que até agora estavam relutantes sobre a liberdade de ensino. É o caso do Nevada, que aprovou o programa de contas de poupança mais generoso do país. Refere-o Clint Bolick no [“The Wall Street Journal”](#) (14.6.2015).

Os estados que têm este modelo oferecem às famílias a possibilidade de administrar por si mesmas os fundos públicos destinados a financiar a educação dos seus filhos. No Nevada, se os pais decidem tirar o seu filho da escola pública, recebem

uma ajuda para pagar uma privada, por 90 % do dinheiro que o estado gastava nele. Também podem optar por deixar o rapaz na escola pública, mas contratar parte do ensino e outros serviços educativos com outro fornecedor. Depois, o estado abre-lhes uma ESA onde deposita uma quantia menor. Em todo o caso, o dinheiro é deduzido da dotação orçamental para o distrito escolar correspondente.

Diversamente do cheque escolar, concebido como uma ajuda económica para que os pais com rendimento baixo possam pagar uma escola privada se estiverem descontentes com a pública, as contas de poupança beneficiam também os que permanecem na rede pública, financiando aulas de apoio, material informático, etc. Um incentivo para gastar bem, é que as famílias podem conservar o que sobrar na conta para outro ano, ou para pagar a propina universitária no futuro ([“Aceprensa”, 30.1.2012](#)).

Segundo explica Bolick, a ideia das ESA ganhou relevância pública quando o Supremo Tribunal do Arizona deitou por terra, em 2009, um programa de cheque escolar para crianças com deficiência ou a viver em instituições de assistência social. O tribunal sentenciou que o programa violava a Emenda Blaine, contida na Constituição estadual e que proíbe destinar fundos públicos para escolas privadas ou confessionais.

Ao Goldwater Institute – um *think tank* que promove a liberdade cívica em diversos âmbitos da vida social e ao qual pertence Bolick – ocorreu então impulsionar as ESA para continuar a ajudar os pais de filhos com deficiência ou em acolhimento. O programa foi aprovado em 2011 pela Assembleia Legislativa do Arizona.

Também houve recurso contra ele. Mas, graças ao facto dos fundos poderem ser destinados tanto para a escola pública como para a privada, em 2013, o Tribunal de Apelo do Arizona apoiou a constitucionalidade das ESA. Depois, o programa foi-se ampliando: aos alunos com más notas, aos filhos de militares...

Em 2014, a Florida adotou um programa similar para alunos com necessidades especiais. Anos antes, o Supremo Tribunal do estado havia declarado inconstitucional o cheque escolar ([“Aceprensa”, 18.1.2006](#)). Também as ESA acabaram nos tribunais, mas o recurso não vingou.

A expansão deste modelo continuou em 2015: nesse ano, três estados aprovaram programas de contas de poupança: Mississippi, Tennessee e Nevada. O resultado é que agora “mais de metade dos estados e o Distrito de Colúmbia contam já com algum programa favorável à liberdade de escolher uma escola”.

Enquanto os programas do Mississippi e do Tennessee só abrangem os alunos com necessidades especiais, o do Nevada está aberto aos 385 000 alunos matriculados no ensino público. As famílias vão receber por cada filho 5100 dólares, se o tirarem da escola pública, ou uma parte desse montante se optarem pela fórmula mista. As crianças com

deficiência e as de famílias de baixos rendimentos vão receber um pouco mais: até 5700 dólares.

Os sindicatos de professores do Nevada opõem-se às ESA. Mas a grande vantagem sobre o cheque escolar, conclui Bolick, é que as contas de poupança podem servir para ultrapassar as batalhas ideológicas a que está dar lugar a Emenda Blaine, em vigor em dois terços dos estados.

## “La carga del hombre blanco”

“The White Man’s Burden”

Autor: William Easterly  
Debate. Barcelona (2015)  
512 págs.  
Tradução (castelhano):  
Francisco J. Ramos

Os que conhecem William Easterly não irão estranhar, pelo estilo sarcástico a que costuma recorrer, o título escolhido para este seu segundo livro, o de um poema de Rudyard Kipling considerado um canto ao imperialismo altruísta. Mas dado que a presente edição em castelhano aparece com quase dez anos de atraso – a original é de 2006 –, é necessário colocar no seu contexto o autor e a sua posição sobre a ajuda ao desenvolvimento. Easterly foi muito crítico com as políticas internacionais dominantes, provocando um intenso debate ao qual se juntaram, na sua mesma linha, vozes tão qualificadas como a de Dambisa Moyo ([Quando a ajuda é o problema: “Aceprensa”, 7.3.2012](#)).

Easterly, codiretor do Development Research Institute da Universidade de Nova Iorque e considerado um dos cem economistas mais citados e influentes no mundo, ganhou toda a atenção com o seu muito falado abandono do Banco Mundial em 2001, após dezasseis anos a trabalhar nessa organização. O motivo foi ter manifestado pública e abertamente, quando trabalhava como assessor principal do seu grupo de investigação, o fracasso da enorme ajuda económica destinada ao desenvolvimento, dado que não estava a contribuir para a consecução dos objetivos desejados e planeados.

A partir desse momento, apoiado nos seus conhecimentos e experiência, começou uma dura e incisiva crítica aos organismos internacionais devido ao tipo de abordagem e de programas de ajuda ao desenvolvimento que defendem e financiam. O confronto, de que este livro é uma amostra, personalizou-o na figura de Jeffrey Sachs, autor de [“The End of Poverty”](#) (“Aceprensa”, 6.7.2005) e diretor do Projeto do Milénio da ONU (“Aceprensa”, 24.9.2015), programa cujo objetivo era alcançar, no ano de 2015, a redução da pobreza extrema, da fome e das doenças no Terceiro Mundo, através da assinatura de acordos internacionais e da mobilização de ajuda económica proveniente dos países desenvolvidos.

Para Easterly, esta abordagem era e é “utópica”. Segundo ele, os dados disponíveis demonstram que para erradicar a pobreza extrema em África e noutras zonas, não se pode confiar nos “planificadores”. Nesta categoria inclui todos os organismos e instituições, promovidos e financiados pelos “bem intencionados” países ocidentais, que enfrentam a pobreza como se fosse “um problema de engenharia técnica”.

Pelo contrário, mostra como os bons resultados e as verdadeiras soluções estão a vir e virão da parte dos “buscadores”, agentes que, no terreno e com o envolvimento dos destinatários, são capazes de dar respostas a problemas concretos com medidas específicas. Defende a bondade desta abordagem, desde que orientada para objetivos talvez menos ambiciosos, mas melhor identificados. Neste sentido, o autor apresenta, ao longo das páginas do livro, uma boa amostra de iniciativas que estão a ter sucesso. Por seu turno, esta aproximação permite avaliá-las e perspetivar contínuos ajustamentos na procura de melhorias na sua eficácia e na sua eficiência.

Easterly não acredita que se tenha de eliminar a ajuda oficial, nem os organismos que a coordenam, mas sim, por um lado, pedir-lhes que ajustem as suas agendas de maneira mais modesta e, por outro, torná-los responsáveis diretos e, sobre o terreno, pelo seu cumprimento. Muito menos pensa que haja uma “grande resposta” para o problema da pobreza no mundo. Está consciente de que a sua ideia é mais fácil de enunciar do que de materializar, mas dado que a ajuda internacional não vai conseguir que a pobreza passe a ser história, considera que se pode avançar prestando ajuda na forma de projetos concretos, e contando sempre com os povos, as comunidades e as pessoas a quem são dirigidos. O autor termina o livro com uma chamada para o que cada um de nós pode fazer para mitigar a pobreza: orientar o apoio e canalizar a contribuição para os “buscadores” (organizações ou pessoas), que são aqueles que realmente fazem chegar a ajuda aonde é necessária.

L. B. M.

